

Antônio Cláudio Rabello

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia.

Sônia Ribeiro de Souza

Professora do Departamento de História da UNIPEC/RO.

O “Despovo” Amazônico e os Projetos de Nação

O presente artigo busca analisar a representação da Amazônia na construção de um projeto nacional dominante. Para isso, utilizamos os conceitos da Escola Superior de Guerra e de setores ligados à produção mineral brasileira, que construíram uma significação de Amazônia enquanto uma região com uma função estratégica e com uma população inadequada para os fins propostos.

Palavras-chave: nação, Amazônia, desenvolvimento.



In this paper we intent to analyze the Amazon representation in a dominant national project construction. Thus we used the concepts of the War Superior School and sectors of the Brazilian mineral production, so they make an Amazon mining while a region with a strategical function and with an inadequate population for the proposal described in this research.

Keywords: nation, Amazon, development.

A ilustração européia marcou a consagração política e filosófica da República como expressão máxima de organização sociopolítica. O ideário republicano pretendeu impor uma conotação eminentemente política e coletiva ao que antes era concebido como “espaço público”, por meio da participa-

ção política do povo no Estado. Esta participação deveria forjar – e, de fato, em certos contextos o fez – a construção da identidade da nação, tanto quanto elaborar os sentidos e símbolos associados ao seu coletivo. Ou seja, na relação Estado-povo, novas instituições características da República surgiram. É na busca pela com-

preensão desta nova relação política, instaurada a partir de uma concepção republicana, que Hobsbawm,¹ com base em uma análise lingüística da nação, destaca elementos que possibilitem a compreensão de como se dá a relação entre povo e Estado numa República.

Hobsbawm observou que nos EUA recém-independentes o termo nação era comumente substituído, nos discursos presidenciais, por expressões como “povo”, “união”, “confederação”, “nossa terra comum”, “público”, “bem-estar público” ou “comunidade” – artifício que visava contornar a luta dos estados federados por maior força centralizadora. Tal discurso repetiu-se nas nações que se constituíram como Repúblicas.

Formalmente, a República consagrou-se como sistema baseado na representatividade política capaz de construir um espaço público, que foi, no entanto, rapidamente subsumido pelo Estado. No âmbito da prática política republicana, a luta pela construção do espaço comum foi freqüentemente substituída pelo projeto de formar um “espírito público” que, realizando a ambição ideológica de qualquer poder, participasse deste magma que fez existir a sociedade como tal, fornecendo-lhe sua identidade.

É a partir da construção desse conjunto de significações imaginárias como elementos identitários e unificadores para a nação, que lançamos um olhar especial sobre a República brasileira, tentando buscar a unidade que se desejou formar. Questão já superada pelos estudos políticos da história brasileira, nossa

República foi proclamada por uma elite econômica agroexportadora carente de símbolos e projetos para a constituição da nação brasileira. Os modelos utilizados foram espectros de modelos europeus falsamente adaptados a uma falsa realidade brasileira. Entretanto, o poder político e econômico esteve concentrado nas mãos dessa elite por mais de trinta anos.

O FRACASSO DA FORMAÇÃO DO SENTIDO DA BRASILEIRIDADE

O Estado aparece como a realização do interesse geral [...], mas na realidade ele é a forma pela qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade (a classe dos proprietários) ganham a aparência de interesses de toda a sociedade.”²

Partindo deste princípio, Marilena Chauí entende o surgimento das novas relações de pertencimento no mundo ocidental balizadas pelo sistema capitalista. Assim, a organização dos povos em torno do Estado-nação teria como base de sustentação a lógica introduzida pelo capitalismo e, como significação central e estruturante, o capital. A unidade conferida à nação e a força do sentimento nacionalista do povo lutando pela autonomia do seu Estado foram, sem dúvida, elementos indispensáveis para a construção da economia capitalista, mas as relações de causa e efeito entre nacionalismo e capitalismo mostram-se insuficientes para explicar a permanência da nação no momento contemporâneo, quando a lógica do mundo globalizado impõe sua destrui-

ção, de forma que a elucidação dos sentidos modernos do nacionalismo não pode dispensar um reexame das bases culturais e simbólicas em que igualmente se estabelecem.

Chauí observa que a oposição entre o “nacionalismo” e o “popular” é constante nos discursos republicanos. Na formulação da autora, esses adjetivos indicam maneiras diferentes de representar a sociedade sob o signo da unidade nacional. Nação e povo são suportes de imagens unificadoras, tanto no plano do discurso político e ideológico, quanto no plano das experiências e práticas sociais. No entanto, ela comenta, apesar da tendência à uniformização sugerida pelas operações de redução da sociedade a cada um destes termos, a idéia de unidade, por si só, em nada obriga ou sequer implica acessoriamente uma tendência a uma ausência de diversidade. Todavia, visto ser possível falar em “sentimento nacional” e em “consciência nacional” como fundadores de uma “identidade nacional”, tanto quanto é possível falar em “soberania popular” materializada em instituições políticas visíveis e na materialidade do “espírito do povo”, é preciso ainda admitir a complementaridade do conceito do povo, a interioridade do popular comportando a exterioridade fixada pela realidade da nação. Essa complementaridade é, no entanto, freqüentemente negada, através da oposição entre os dois termos que justifica as exclusões operadas no seio da sociedade. Em boa dialética, Chauí sugere que, em outros momentos, a uni-

ficação dessas instâncias determinadas ou particulares se faz por meio de um terceiro termo, transcendente e dotado de universalidade: o Estado nacional, fundado na soberania popular.

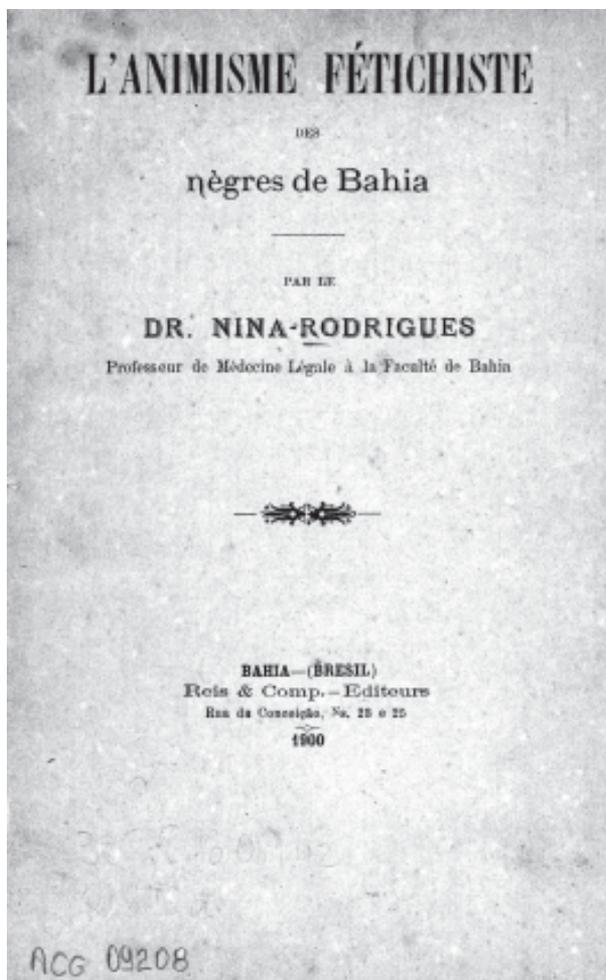
Assim, é o Estado que define finalmente o nacional-popular. Para Chauí, não é casual que no Brasil as idéias de “consolidação nacional”, “construção”, “preservação”, “proteção”, “desenvolvimento”, “modernização”, “integração” e “consolidação nacional” tenham se constituído em políticas do Estado e para o Estado. As diferentes elaborações do nacionalismo e das formas de incorporar o popular ao nacional foram e são partes indispensáveis deste processo de constituição da modernidade e regra de ouro da história política brasileira.

Quando opostos, os termos distinguem na nação o que é “popular” do que é “sociedade”. Nesse caso, o nacional corresponde univocamente à nação enquanto unidade. Quanto ao popular, corresponderiam experiências múltiplas e distintas, frutos da divisão social, que não se apresentam mais como um único conjunto. Quando o popular deixa de indicar o aspecto jurídico da cidadania e da soberania para indicar as classes sociais, torna-se impossível reconciliá-lo imediatamente com o nacional. Porém, justamente por essa razão, não só o Estado nacional procura dissimular essa divisão, mas ainda se esforça para absorver o popular no nacional. Eis a razão de o Estado brasileiro constantemente recorrer a campanhas nacionalistas, invertendo o sentido da união.

Assim, considerando as raízes do Estado-nação tanto quanto a centralidade da significação do nacionalismo pelo sistema capitalista – segundo Castoriadis,⁵ carente da produção de significados sociais capazes de criar um imaginário social forte o bastante para forjar a adesão social – e considerando, ainda, a análise de Chauí, para quem a restrição da função originária do Estado se dá a partir dos interesses hegemônicos de uma classe social, por vezes destituindo inclusive o povo de sua participação na com-

posição da nação, podemos compreender como foram relevantes, para a formação da unidade nacional, os discursos dos intelectuais da Primeira República.

Em termos mais gerais, o papel dos intelectuais da Primeira República foi tentar unificar a nação em torno do lema “Consolidar a nação”. Autores como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e outros pretendiam compreender e conferir uma efetividade à identidade social brasileira. Seus trabalhos



Compreender e concretizar a identidade social brasileira: preocupação central entre os intelectuais da Primeira República

retrataram de maneira fiel o tipo de nação que uma dada elite queria consolidar e cujos objetivos limitavam-se à exigência de adequar os indivíduos à sua concepção própria de civilização/progresso, formando trabalhadores para a futura sociedade.

Nessa guerra pelo monopólio de sentido, a identidade nacional se construiu, entre outras coisas, como oscilação entre a radical negação das diferenças regionais – elementos compósitos que só faziam perturbar a igualdade necessária à unidade – e sua aceitação – que definia uma organicidade estabelecida com base em uma rígida hierarquização das características regionais.

Os discursos sobre a formação da nação estampam claramente, no início do período republicano, para o pensamento educacional da época: “a uniformização de idéias e costumes é que precisamos alcançar”.⁴ A negação da legitimidade da cultura regional e a exclusão das diversidades culturais tiveram por fundamento constante a urgência de construção de uma identidade nacional homogênea e irreduzível, incapaz de ser pluralizada. Isso porque, segundo Mota,⁵ nesse período só se considerava como cultura o que era produzido pelas manifestações intelectuais e artísticas da elite. Essa cultura deveria ser válida para a toda nação. No entanto, vale ressaltar que a produção cultural de Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues era, basicamente, pautada nos padrões europeus, que impunham uma valoração hierarquizada das sociedades, em que superiores eram

aquelas sociedades capazes de desenvolver projetos civilizatórios e de crescente progresso.

É claro que, nesse contexto, o regionalismo só aparece como um problema a ser resolvido pela negação ou pelo controle. Em seu projeto de construção da unidade nacional, o Estado republicano brasileiro preocupou-se em homogeneizar as diferenças culturais, identificadas como “características regionais”, a partir de um padrão cultural ideal reconhecidamente calcado nos padrões europeus.

O ideário civilizatório da Primeira República difundiu-se, entretanto, ao resistir em aceitar as diferenças regionais presentes e espalhadas pelo imenso território brasileiro. A elite que naquele momento ocupava o poder político e econômico não conseguiu encontrar alternativas para o controle ou cooptação da grande região amazônica. Esta se tornou o espelho do que não se queria ter: o indomável e o atraso. Apenas duas instituições criadas por essa Primeira República conseguiram penetrar nesse “não-Brasil”: o Exército nacional e a homogeneidade funcional da escola pública, com seu currículo comum básico nacional e sua arquitetura tipicamente litorânea.

AS CONSTRUÇÕES DO “NÃO-BRASIL” AMAZÔNICO: A NEGAÇÃO DO DIFERENTE

Ao longo do período Vargas, as disputas em torno de projetos nacionais e a construção da significação da nacionalidade ganharam novos atores. Apesar dos matizes distintos entre projetos nacionais diversos, que

buscavam constituir-se enquanto pensamento hegemônico, a incorporação da região amazônica continuou balizada pela sua significação de “não-Brasil”. Um exemplo dessa construção pode ser percebido na consolidação dos setores ligados à atividade mineral.

Durante o período Vargas, duas argumentações se fizeram constantes nos artigos e discursos dos interessados na consolidação do setor mineral brasileiro: as potencialidades minerais do Brasil e a necessidade de uma indústria mineral forte para dar suporte ao processo de industrialização que se consolidava. Analisando o papel do aspecto nacionalista do período, Mendonça pondera sobre a manifestação dos interesses de classe frente aos problemas nacionais.

O nacionalismo, assim emergente, passou a integrar os discursos governamentais e a justificar suas próprias realizações, sendo encampado como um projeto do Estado cujo papel seria o de mobilizar cada vez mais amplos setores sociais no sentido de engajá-los na tarefa de solucionar os problemas da sociedade como um todo. Por outro lado, em contrapartida, também se legitimava a identidade que alguns grupos estabeleciam entre a solução de seus problemas (leia-se interesses de classe) e a dos problemas nacionais.⁶

A autora ainda ressalta a participação dos setores médios, dos militares e da burguesia industrial neste debate sobre os “problemas nacionais”, traduzidos na si-

AN ON/FOT/ 235(4)



Escola Pública na Amazônia, 1908

derurgia, exploração do petróleo e segurança nacional. O projeto nacional revelava a importância da política mineral para as indústrias de base que se instalavam no país. Estabelecia-se uma imbricação inabalável entre discurso nacionalista e o industrialista, pois não havia como levar a cabo um projeto de modernização nacional sem industrialização. De forma semelhante, a extração de petróleo transformava-se em um problema de soberania nacional.

A insuficiência da produção mineral brasileira e o desconhecimento acerca dos reais potenciais amazônicos contribuíram para a construção de um discurso dos setores minerais congregador de um projeto nacional que estabelecia que o desenvolvimento se daria pelo viés da industrialização. Esta, por seu lado, careceria de investimentos na extração mineral, na construção de um complexo metalúrgico e siderúrgico e na extração de petróleo. E, finalmente, a necessidade de conhecer e explorar a região amazônica.

A Amazônia, enquanto fonte de recursos econômicos, estava cada vez mais na ordem do dia. Olívero Leonardos, um dos editores da *Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia*, afirmava que a possibilidade de existência de petróleo seria a grande chance de se ocupar a Hiléia. Segundo ele, a Amazônia poderia vir a representar para o Brasil o mesmo que o Oceano Pacífico representou para os Estados Unidos. No entanto, qualquer desenvolvimento da Amazônia só poderia se dar de forma artificial e forçada, segundo o editor.

Traduzindo, não havia como se esperar um desenvolvimento autóctone na região, e a única via capaz de formalizar a ocupação da Hiléia seria uma atuação eficaz do Estado, através de políticas que assegurassem os transportes e a comunicação com a região, considerados os principais obstáculos para a inserção da Amazônia de forma eficiente no projeto nacional que se propunha.

A identificação da Amazônia enquanto um “não-Brasil” ou enquanto uma região não identificada com o projeto nacional em curso pode ser percebida no início das prospecções de petróleo no Brasil.

Na primeira aparição da região nos textos sobre minérios, publicados pela *Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia*, verifica-se uma dupla preocupação: a apreensão quanto à existência de petróleo em nosso subsolo e o “problema” da Amazônia.

Em 1936, uma expedição foi enviada ao Acre para verificar a existência de petróleo na região, cujo subsolo tem formação bastante assemelhada ao da Bolívia, onde o mineral havia sido descoberto recentemente. Durante a pesquisa na região e nos relatos posteriores, ficaram demonstradas duas percepções: a dificuldade de comunicação com as demais regiões – isto é, com a nação – e as características do homem amazônico. O relatório feito por Pedro de Moura, chefe da comissão para pesquisa de petróleo no território do Acre, do Departamento Nacional da Produção Mineral, salientava:

Também devemos levar em conta a resistência e força de vontade dos

técnicos durante mais de quatro meses seguidos depois de chegados ao Acre, longe de qualquer povoado ou cidade, isolados numa terra desabitada e desconhecida. Realizamos um tenaz esforço fazendo viagens contínuas umas em seguida às outras, praticamente sem descanso, lutando contra as intempéries, contra a mata virgem que limita o horizonte a poucos metros e lutando contra a má vontade do trabalhador local, desabitado a qualquer esforço prolongado.⁷

É significativa a composição de seu texto, unindo as características da região às do homem amazônico. Pedro de Moura ainda afirmou: “a psicologia do trabalhador regional cujo caráter é uma mescla

de nômade imprevidente e indisciplinado à feição da natureza ambiente, é um fator de surpresas para um trabalho racional e contínuo”.⁸

Bastante próxima às descrições de Colombo em relação aos habitantes da América recém-descoberta, o engenheiro Pedro de Moura demonstrava ter uma visão cristalizada sobre a região e o processo de produção e integração desta a um projeto nacional. Ficava claro, entretanto, que o popular que habitava a região era diferente do povo que se desejava para o projeto nacional defendido por esse grupo. De forma semelhante, podemos perceber a mesma concepção nas falas referentes à segurança nacional.

AN O2/FOT/498.6



O Exército brasileiro na Amazônia, 1917

A Amazônia representava, do ponto de vista militar, o alvo de ações do Estado para a segurança nacional, dadas as extensas fronteiras, o povoamento “insuficiente” e ineficaz para uma eventual defesa da soberania nacional. O aparelho de Estado responsável por produzir estudos que visassem à segurança nacional era a Escola Superior de Guerra (ESG). Observamos nos materiais referentes aos cursos ministrados pela ESG que muitos dos conceitos eram *pregados* de forma monocórdia, monocromática e monolítica. A idéia de nação, por exemplo, variava literariamente, porém, invariavelmente, tinha a mesma significação. De forma idêntica, a utilização do termo desenvolvimento, sendo entendido, ou subentendido, como *desenvolvimento industrial*. A construção do significado de nação, apesar de não ser exteriorizado como objetivo central da ESG, era subentendido como algo “óbvio”, surgindo de forma recorrente e “espontânea” nos cursos. A nação era tratada como algo *natural* e não um projeto político a ser construído ou em processo de construção.

Obedecendo ao método e à estratégia da ESG, o primeiro conceito apresentado durante os cursos, e que deveria nortear o planejamento da segurança nacional, era o de “poder nacional”, feito sistematicamente da seguinte forma: “poder nacional é a expressão integrada de toda ordem de que dispõe a nação, acionado pela vontade nacional para conquistar e manter interna e externamente os objetivos nacionais”.⁹ Como essa definição é sempre a primeira a ser expressa, sur-

gem de imediato algumas dúvidas. Em virtude de não compreendermos exatamente o que é entendido por nação, como, em contrapartida, entender o que são o poder, a vontade e os objetivos *nacionais*? Ou seja, através dessa definição de poder nacional, por um ato quase mágico de qualificação e desqualificação, os objetivos nacionais eram assim determinados: o progresso, o desenvolvimento, a ordem e a vontade e, ainda, quem tem o poder – e a “razão” – de enunciá-los e garanti-los. Não se explicitava qual o tipo de progresso e de desenvolvimento que se desejava, como se o sentido fosse evidentemente unívoco. Mesmo assim, estabelecia-se que:

Objetivos nacionais são realidades ou aspirações, relacionadas com a integração física, política, econômica ou social de uma nação, e que, consubstanciados no espírito da elite, se transmitem à sensibilidade do povo-massa como hábitos ou necessidades unânimes ou generalizadas da coletividade nacional.¹⁰

A nação tornava-se, desse modo, uma grande massa amorfa a ser modelada pelo espírito dessa “elite” específica, cujos interesses se baseavam na necessidade de integração e na transmissão de hábitos e necessidades.

Se nas entrelinhas dos conceitos anteriores verificamos algumas atribuições em relação à nação, busquemos agora definições explícitas para o conceito de nação deste poderoso grupo, cuja *autoridade* permitia enunciar, observando o conceito de poder simbólico.

A primeira é de Juarez Távora, que em 1954 dizia o seguinte: “nação é uma comunidade humana tendo a mesma origem, as mesmas tradições, os mesmos costumes, as mesmas aspirações”.¹¹

Se fizermos uma simples comparação entre as afirmações anteriores e esta, notaremos que o fundamental desta é o último item: *as mesmas aspirações*. Enquanto os primeiros elementos – origem, tradição e costumes – estão ancorados no passado, a última característica serve para justificar uma dada prática política futura. E mais. Se as aspirações nacionais devem estar *consubstanciadas* no *espírito* da elite, resta-nos a conclusão de que a nação, com base no pensamento da intelectualidade esguiana, apesar de querer parecer natural, é algo a ser construído. Indo mais além, define que a base dessa construção deve ser fundada no pensamento das elites civis e militares, e que estas, por seu turno, deverão *formar a massa amorfa*.

A outra definição, obtida de uma conferência do general Ernesto de Araújo, pronunciada em 1955, caminha em sentido idêntico, porém com algumas outras sutilezas.

Quanto à nação, foi correlacionada com o conceito de nacionalidade, identificando com os laços de união moral e espiritual, que se estabeleceu entre os membros de um grupamento humano, ligando-os, no passado, pelo apego às mesmas tradições, glórias, alegrias e sofrimentos, que os faz se sentirem bem no presente e lhes dá para o futuro,

idênticas aspirações, plasmando-se nesse grupamento, uma consciência nacional.¹²

Um primeiro aspecto que se deve salientar é a busca das raízes de uma nacionalidade ou de uma consciência nacional na história e na tradição. No entanto, o passado, a história, as tradições e as glórias, que nos são expostas como elementos para formação de uma comunidade ou grupamento humano, podem ser encaradas de formas variadas, ou mesmo divergentes. Apesar disso, essa idéia de nação implica igualdade, isto é, homogeneidade de aspirações.

É necessário se mirar no passado, ou até mesmo ‘criá-lo’, para determinar a existência desta *comunidade política imaginada*.¹³ Em um estudo sobre a questão nacional, Ernest Gellner afirma que foi o nacionalismo que criou a nação e não o contrário. Se utilizarmos essa concepção, teremos um passado comum que congrega sob a nação a totalidade de seus elementos: brancos e negros; ricos e pobres; militares e civis; elites e *massa amorfa*.¹⁴ A necessidade imperiosa estabelecida pela ESG de formular e implementar, dentro da sua conceituação de nação, as *aspirações comuns* pode ser justificada pela sua própria existência enquanto centro de altos estudos criado no contexto da Guerra Fria. Ou seja, se os civis e militares, que comungavam das formulações esguianas, consideravam-se os verdadeiros nacionalistas, suas aspirações para o Brasil também o eram. Nesse sentido, qualquer proposta diferente seria não-

nacional (ou herética), pois romperia com a “tradição”, com a “história brasileira” e as aspirações formuladas pelos “verdadeiros” nacionalistas situados nessas elites civis e militares brasileiras, em processo de consorciamento.

A terceira contém os mesmos elementos observados nas anteriores. Convém lembrar que esta última cabe a Hermes Lima, um civil responsável por diversos cursos nas ESG. Ele centralizou a questão da nação no passado e no desejo – futuro – de viver unida: “sua base humana é a nação que se pode conceituar como uma estrutura histórico-cultural forjada ao sabor de recordações, sacrifícios, lutas, vicissitudes, que lhe deram coesão e lhe inspiram o desejo de viver unida”.¹⁵

As discussões na ESG acerca da nação e do nacionalismo são questões que estão sempre presentes em seus cursos, o que demonstra uma visão, até mesmo uma preocupação, muito clara de homogeneidade, união, obediência, ordem e desenvolvimento. Este nacionalismo, lido em relação à região amazônica, seria, na verdade, um ato de violência simbólica muito contumaz, pois ao querer produzir uma política de segurança que integrasse a região amazônica, acabava por *inventar* uma Amazônia para uma nação.

Uma das produções fundamentais da geopolítica brasileira foi a obra de Golbery do Couto e Silva. Em seus primeiros textos sobre o assunto, datados de 1952, ele analisa o fenômeno da guerra recorrendo à história. Para ele, a guer-

ra constitui-se em um fenômeno comum de entrechoque de Estados. Estes, por seu turno, são unidades nacionais governadas por uma elite dirigente que representa os interesses da nação.¹⁶ Dessa forma, as ações da elite dirigente para a segurança nacional seriam a representação do próprio interesse da nação. Com esse fim, ele determina os passos necessários a serem adotados pela nação, por meio de sua elite dirigente.

A ausência de densidade populacional dos espaços fronteiriços do Brasil, encarada como um fator de eminente perigo à segurança nacional, conduziu Golbery a traçar estratégias para a ocupação dessas regiões. Observe-se que, ao demarcar a fronteira externa, ele também constrói as fronteiras internas. No caso da Amazônia, em especial em seus limites norte e oeste, desqualificava-se a região por sua “natureza selvagem”, impeditiva para a cristalização de uma linha divisória. A identidade negativa reforçava-se através da imagem da *incapacidade criadora do homem amazônico*, transformado-o, assim, em um fator de “desunião” (uma *ilha*). Ou seja, um perigo à soberania nacional. Através desse procedimento, instaurava-se a nação e o seu *outro*. Caberia ao Estado, enquanto agente qualificado, na figura de suas Forças Armadas, transformar ou socorrer essa *identidade* negativa e fraca, por outra, forte e capaz de salvaguardar a soberania.

A Amazônia mereceu substancial destaque em seus planos, dados os obstáculos interpostos para atingir os objetivos

civilizatórios, traduzidos na *natureza virgem*, que devem agora se submeter aos ditames do *planalto central*, em especial através da *comunicação*.

Só a Hiléia propriamente escapa ao papel vinculador do planalto, resistindo-lhe à ação coesiva e aglutinadora, não apenas pela direção excêntrica da calha amazônica, mas sobretudo pela descontinuidade que dissocia os afluentes orientais da margem sul do grande rio, e pela mata tropical pujante que resiste sempre às comunicações ao longo dos divisores rebaixados e mal definidos.¹⁷

Se nesse momento a característica natural da floresta é tratada como impedimento, veremos que o homem amazônico não

se adequa ao processo civilizatório em curso. Numa definição sobre a necessidade de ação na Amazônia, Golbery descreve a região:

(...) e a oeste o simples domínio, o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora, e o qual nos cumpre incorporar à nação, integrando-o na comunidade nacional e valorizando a sua grande expressão física hoje ainda quase completamente passiva.¹⁸

Na produção de um projeto de segurança, que é anteriormente um projeto nacional, ele elabora os três passos para uma efetiva ação, enfatizando que é necessário: "3º - Inundar de civilização a

AN ON/FOT/ 023(7)



Construção da ferrovia Madeira-Mamoré: tentativa de "integrar" a Amazônia

Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiros, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão Leste-Oeste seguindo o eixo do grande rio”.¹⁹

Esse tamponamento, proposto em 1952, partia do pressuposto de que havia naquela região um *despovo*. Uma ausência de povo, ou mais precisamente, a ausência de um determinado padrão de povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Surpreende notar que as propostas de *integração* da região pelos grupos aqui tratados não se obstaculizam, mas se complementam. Comungando posturas semelhantes, as formulações relativas à segurança nacional e à questão mineral engrossam as fileiras daqueles que defendiam a incorporação da região.

A região, agora, é área a ser ocupada para a defesa do território e da economia nacional. A *fronteira* se torna *nação*. Não bastaria, simplesmente, ocupar a região de acordo com as necessidades geradas pelo *núcleo central*. A região,

que ainda hoje tem uma baixa densidade populacional, deveria ser ocupada *civilizadamente*. Se a região foi descrita, tratada e produzida sem considerar a população local, é porque no local existia algo considerado um *despovo*, uma espécie de *antibrasilidade*.

O processo migratório a partir dos anos de 1970 foi fruto dessas concepções. A região foi consolidada não como uma área *integrada*, mas, sim, incorporada a um projeto *nacional* hegemônico que determinou seu papel.

A ironia da história reservaria para a Amazônia, porém, um novo momento de *reprodução* da região e readequação no projeto nacional. A produção da *região* tinha na *selva* o obstáculo para a civilização, e sua superação dependia o projeto desenvolvimentista ardorosamente defendido. Durante os anos de 1980 e 1990, um novo elemento foi introduzido no projeto nacional: o elemento ecológico. A Amazônia passou a ter outro papel na nação: o lugar da preservação. Ou, como disse um seringueiro entrevistado em Rondônia: “Mata virgem, terra prostituta”.²⁰

N O T A S

1. Cf. Eric Hobsbawm, *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
2. Marilena Chauí, *O que é ideologia*, São Paulo, Abril Cultural/Brasiliense, 1984, p. 69.
3. Cornelius Castoriadis, *A instituição imaginária da sociedade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
4. Eunice Caldas, *O melhor meio de divulgar o ensino primário no país*, São Paulo, Est. Graph. Cyro Massetti & Cia., 1923, p. 29. A autora era diretora de uma escola municipal

no Rio de Janeiro, na década de 1920, e seu relatório pertence ao acervo do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

5. Carlos Guilherme Mota, *Cultura brasileira ou cultura republicana? Estudos Avançados*, São Paulo, Edusp, v. 4, nº 8, jan./abr. 1990.
6. Sônia Regina Mendonça, *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Graal, 1985, p. 36.
7. *Revista Mineração e Metalurgia*, ano I, v. 1, nº 5, 1936, p. 136.
8. Pedro de Moura, Estudos geológicos para pesquisa de petróleo no vale do Juruá – território do Acre, *Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia*, v. 1, nº 4, 1936, p. 226.
9. Antônio Arruda, *A Escola Superior de Guerra*, São Paulo, GRD; Brasília, INL, 1983, p. 19.
10. Conferência do general Juarez Távora, 1959, in Antônio Arruda, op. cit., p. 75.
11. Conferência do general Juarez Távora, 1954, in Antônio Arruda, op. cit., p. 143.
12. Conferência do general Ernesto de Araújo, 1955, in Antônio Arruda, op. cit., p. 144.
13. Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional*, São Paulo, Ática, 1989, p. 14.
14. Comparando esta definição com as reflexões de Ernest Gellner a respeito da questão nacional, notamos uma análise sua que pode nos ser útil para refletirmos sobre a idéia de nação formulada pela ESG: “Em suma, o nacionalismo é uma teoria da legitimidade política que exige que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas e, especialmente, que as fronteiras étnicas dentro de um mesmo Estado – uma contingência já formalmente excluída pelo princípio da sua formulação geral – não separem os detentores do poder do resto da população”. Ernest Gellner, *Nações e nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 1993, p. 12.
15. Conferência de Hermes Lima, 1959, in Antônio Arruda, op. cit., p. 146.
16. Nesse sentido, sua avaliação se integra coerentemente ao tratamento acerca da questão nacional traçado pela intelectualidade esguiana.
17. Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1955, p. 39. Note-se aqui que, para o autor, comunicar não se traduz da forma corrente (tornar comum, participar, estabelecer ligação, etc). Para ele, o ato de *comunicar* se traduz enquanto submissão, obediência, assegurar continuidade e, por fim, acabar com as resistências.
18. *Ibidem*, p. 43.
19. *Ibidem*, p. 74.
20. Januário Amaral, *Terra virgem, terra prostituta*, Dissertação de mestrado em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.